

Editorial

Caso os leitores da Pesquisa em Educação Ambiental façam uma rápida retomada dos Editoriais que introduziram os diferentes números deste periódico, na década de 2010, certamente, poderão constatar o recorrente chamado da revista para as tendências pouco animadoras do ponto de vista das políticas sociais, educacionais, ambientais e de produção do conhecimento científico e tecnológico que se fizeram presentes em nosso país ao longo dessa década.

Essa foi uma década em que o país viu emergir a mais grave ameaça à tão jovem democracia brasileira, acompanhando, perplexamente, a perda de conquistas históricas, que se fizeram concretas na realidade brasileira, depois de longos anos de luta contra a ditadura militar. Conquistas que se tornaram realidade a partir da mobilização e de lutas de diferentes setores populares e de instituições da sociedade civil, comprometidas com a construção de um país democrático e de uma sociedade mais justa sócio-ambientalmente.

Assim, infelizmente, chegamos ao final da década de 2010 com perspectivas pouco promissoras e já denunciadas em editoriais anteriores e outras, que no início da década, sequer poderiam ser imaginadas: o aprofundamento das propostas de minimização da presença do Estado em políticas sociais de garantias de qualidade de vida, do escasseamento crescente dos investimentos em saúde, educação, cultura, ambiente, desenvolvimento científico e tecnológico, entre outras áreas de fundamental importância para o bem-estar da população em geral.

Enfim, experimentamos o fortalecimento de políticas nas quais o conservadorismo neoliberal, produziu e tem produzido retrocessos jamais imaginados no início dessa década. Sem exagero, vimos surgir a desconfiança crescente no conhecimento científico em geral, principalmente para as humanidades e ciências sociais, que sofrem, ainda mais, com esse período de ausência do Estado, que, sem exagero, se aproxima de tempos dos mais obscurantistas da recente história de nosso país. As alterações profundas em políticas de incentivo, financiamento e suporte para o desenvolvimento da pesquisa e da produção do conhecimento afetam todas as áreas do conhecimento, mas, sobremaneira, as pesquisas básicas e as áreas das humanidades. Os inúmeros cortes de bolsas e de financiamento para a pós-graduação produzem perdas enormes para o processo de formação de novos pesquisadores.

Assim, concluímos e colocamos em circulação o último número de Pesquisa em Educação Ambiental, da segunda década do século XXI, sem grandes esperanças de transformações desse quadro a curtíssimo prazo, e sem possibilidades de vislumbrar alterações mais significativas no que os Editoriais deste periódico vieram denunciando nos últimos cinco anos, sinteticamente, aqui alinhavadas. Não são apenas as diferentes instituições de pesquisa e universidades públicas, maiores responsáveis pela produção científica do país, que vêm sofrendo com o atual quadro político, mas todos os que trabalham na área da educação e todos nós, educadores e pesquisadores, que temos procurado enfrentar os desafios da Educação Ambiental.

No entanto, o que alimenta nossa esperança é que, a despeito de nossas perplexidades e dos desafios que vimos enfrentando nas diferentes áreas que envolvem a realidade brasileira, diferentes instituições e agentes sociais não têm se furtado do necessário papel de resistência e de busca de transformação que apontem para mudanças desejadas. Além de nossa participação nos mais diversos movimentos de resistência organizados pelos diferentes sociais, nossas resistências se concretizam, também, em nossas práticas cotidianas, intrinsecamente políticas.

Tal compreensão nos permite, assim, celebrar e anunciar, como resultado dos esforços da comunidade acadêmica de pesquisadores em Educação Ambiental e como caminho de construção de nossas resistências políticas, a publicação desse último número da Pesquisa em Educação Ambiental da década de 2010. Buscamos, dessa forma, contribuir, também, para a

concretização de um dos papéis sociais e políticos da Universidade e de outras instituições sociais, qual seja, o da produção de conhecimento.

Assim, o volume 14, número 2, deste periódico, reúne um primeiro conjunto de artigos que procura explorar aspectos relativos à fundamentação teórico-metodológica do campo da Educação Ambiental e outro que, a partir de exercícios de meta-análise, volta-se, criticamente, para a própria prática de produção de conhecimento desse campo. Outros artigos voltam-se para situações concretas de relação entre pesquisa, o envolvimento daqueles que dela participam como os sujeitos da investigação e práticas transformadoras ou, ainda, para a análise de memórias, histórias e experiências de vida, de produção fílmica, procurando explorar relações da subjetividade com processos formativos de Educação Ambiental.

Dentre os artigos que compõem esse número da Pesquisa em Educação Ambiental, os três primeiros apontam para questões que contribuem para a fundamentação teórico-metodológica do campo da EA.

O primeiro artigo, intitulado *La Educación Social y la Educación Ambiental: dos Ámbitos Convergentes para la Acción Socioeducativa Ambiental (ESPANHA)*, parte da possibilidade de pensarmos a EA a partir de possíveis vínculos dessa prática social com as perspectivas teóricas que orientam a educação social. Nele, as autoras *Macarena Esteban Ibáñez, Daniel Musitu Ferrer e Luis Vicente Amador Muñoz* discutem os pressupostos que podem ser vistos como comuns à memória e ao autoconhecimento, mas a partir de perspectivas metodológicas e estratégias não articuladas entre si. Considera-se a possibilidade de que tais articulações possam se concretizar a partir de um modelo denominado “intervenção educativa socioambiental”, no qual, toda intervenção ambiental não se eximiria de considerar os aspectos sociais e toda a intervenção socioeducativa contemplaria a dimensão ambiental que se faz, intrínseca, à realidade social (IBÁÑEZ; FERRER; MUÑOZ, 2019).

Ao analisar a ideia de “sustentabilidade em suas várias faces – vista como pseudoimperativo socioambiental contemporâneo” – o segundo artigo que compõe este número, *O Uso da Sustentabilidade como Argumento Legitimador da Artificialização da Natureza e do Social no Capitalismo Contemporâneo*, busca refletir o contexto sociopolítico e ideológico no qual tal perspectiva emerge, entendendo ser essa proposição um caminho de naturalização tanto das desigualdades sociais quanto das degradações ambientais, que são resultados concretos “de um processo estrutural de reprodução socioeconômica cujo solo fundante está no capitalismo”. Assim, a partir de referenciais bibliográficos, os autores *Dweison Nunes Souza da Silva e Edvânia Tôrres Aguiar Gomes* (2019) procuram evidenciar a impossibilidade material que tal perspectiva preconiza, o que permite entendê-la “como mais uma estratégia no atual capitalismo, pela qual alguns agentes público-privados buscam legitimar um determinado status quo”.

Na sequência dos artigos que procuram aprofundar aportes teóricos para as práticas de EA, o artigo *Macrotendências na Educação Ambiental Brasileira: Algumas reflexões baseadas na Teoria da Complexidade de Morin* volta-se para o modelo de caracterização das macrotendências político pedagógicas, quais sejam, a tendência conservadora, pragmática e crítica. Assim, nesse artigo, explora-se o modelo proposto por Phillippe Layrargues e Gustavo Lima, publicado, em sua primeira versão, no VI EPEA, em 2011 e, depois em sua versão definitiva em 2014 e que tem estado muito presente nos debates sobre EA no Brasil, quando se discute diferentes perspectivas para o campo da EA. Nesse texto, tendo como orientação a perspectiva da Complexidade, conforme proposta por Morin, *Juliana Mara Antonio, Adriana Massaê Kataoka e Patrícia Neuman* procuram um caminho que permitiria integrar aspectos das macrotendências que se encontram fragmentados.

Os dois artigos que dão sequência à composição deste número têm em comum estudos caracterizados como sendo de metapesquisa, ou estudos na linha do estado da arte ou estado do conhecimento. Tais estudos têm, também, merecido a atenção dos pesquisadores do campo e que se apresentam como um esforço da comunidade acadêmica no sentido de procurar

compreender as práticas discursivas que vêm orientando a construção da pesquisa em EA no Brasil e, ao mesmo tempo, constituindo-se como elemento fundamental no processo de construção de significados e sentidos sobre a própria Educação Ambiental. Interessante observar que, coincidentemente, as duas pesquisas que ora publicamos voltam-se para o tema dos desastres ambientais.

A primeira delas, *Redução de riscos de desastres na produção sobre educação ambiental: um panorama das pesquisas no Brasil*, as autoras *Patricia Mie Matsuo, Sandra Aparecida de Oliveira e Souza, Rosana Louro Ferreira Silva e Rachel Trajber* (2019) procuram identificar nas pesquisas “suas características, lacunas e oportunidades”. No estudo a ênfase está em processos que se voltam para a percepção dos educandos, à análise de currículos e processos de ensino e a aspectos relacionados com a gestão e políticas públicas.

O trabalho *Desastres Ambientais e Educação Ambiental: análise das pesquisas acadêmicas do banco de teses e dissertações do Projeto EArte no período de 1981 a 2016*, que toma como objeto de estudo a produção brasileira da pesquisa em EA, procura analisar os significados que têm sido atribuídos aos desastres ambientais, procurando “elucidar que ideias estão presentes no debate sobre os desastres ambientais nas pesquisas em Educação Ambiental, entre 1981 e 2016 e suas implicações para os processos de desterritorialização nos desastres ambientais” (MATTIOLI; KATO, 2019). Em suas conclusões, *Camila Kazumi Kitamura Mattioli e Danilo Seithi Kato* chamam a atenção para a carência de um maior aprofundamento da discussão sobre o que se considera como temática fundamental nesse debate, qual seja, a necessária associação entre desastres ambientais e o processo de desterritorialização.

Os dois trabalhos seguintes que compõem este número voltam-se para experiências empíricas de práticas pedagógicas em EA, nas quais a perspectiva da pesquisa participante é tomada como eixo metodológico para o desenvolvimento das experiências analisadas.

No primeiro deles, ao explorar o conceito vinculado à produção da Teoria Crítica, qual seja, o de (semi)informação, *Daniela Cássia Sudan e Vânia Gomes Zuin* se voltam para a análise de um projeto de formação em EA, realizado em contexto de educação superior, tendo como eixo orientador a perspectiva emancipatória e a matriz teórico-metodológica da pesquisa-ação-participante. As análises da experiência, em pauta no texto intitulado *A (semi)formação na Educação Ambiental Universitária: tensionamentos a partir de um estudo empírico sob a ótica da Teoria Crítica* apontam para um entendimento de que o “‘aprender-fazendo’ se revela com uma práxis em relação com ações transformadoras, educação popular e reflexão crítica, ao mesmo tempo em que oscila no referido projeto, um ativismo pragmático” (SUDAN; ZUIN, 2019).

O outro artigo que toma como mote uma experiência vinculada à pesquisa participante, desenvolvida por pesquisadores inseridos no contexto universitário, volta-se para alunos do ensino médio. As discussões do texto *Local e pesquisa participante enquanto metodologia e prática em educação ambiental* privilegiam as perspectivas do grupo para o desenvolvimento dos trabalhos, quais sejam, a concepção crítica de EA associada à ideia do local como objeto de estudo e tema gerador das discussões coletivas, bem como o ensino de ciências como necessariamente contextualizado. Nesse artigo, *Paulo Bussab Lemos de Castro, Fernanda Keila Marinho da Silva, Roseli Buzanelli Torres e Luiza Sumiko Kinoshita* reforçam a ideia, muitas vezes recorrente no campo da pesquisa em EA, qual seja, a de apontar a pesquisa participante como a metodologia que se aproxima da Educação Ambiental Crítica.

Por fim, os quatro últimos trabalhos que compõem esse número da Pesquisa em Educação Ambiental têm como mote de investigação questões que envolvem subjetividades, memórias, experiências e histórias de vida e experiências artísticas, nesse caso relacionadas com a produção fílmica.

O primeiro deles, intitulado *A memória e o autoconhecimento nas vivências ambientais urbanas enquanto proposta educativa*, ao considerar que a maioria da população brasileira vive na cidade procura explorar e compreender experiências vividas por “pessoas que possuem

vínculos afetivos com áreas verdes urbanas” (HOFSTATTER; OLIVEIRA, 2019). Para as autoras desse texto, *Lakshmi Juliane Vallim Hofstatter* e *Haydée Torres de Oliveira*, acessando a memória de moradores da cidade de Salvador, BA, os resultados do trabalho evidenciam a importância das áreas verdes urbanas, enquanto espaço de engajamento que essas pessoas têm com e no mundo. Reforça-se, também, as possibilidades que se delineiam através de trabalhos dessa natureza, evidenciadas em práticas ambientais que exploram a memória e o autoconhecimento dos sujeitos da pesquisa, enquanto forma de visitar nossos elos ambientais e, também, fortalecê-los através de novas vivências.

Um outro texto que reunimos nesse conjunto, intitulado *Atravessamentos de histórias de vida e percursos formativos de professores (as) na Educação Ambiental escolar do Distrito Federal/Brasil* é assinado por *Deise Barreto Dias* e *Maria Rita Avanzi*. A partir de um trabalho mais amplo que visa analisar processos de inserção e implementação de projeto de EA na Educação Básica, na realidade do Distrito Federal, as autoras, a partir de histórias de vida de sujeitos que influenciaram e influenciam nesse processo, procuram “identificar, em seu percurso formativo, contribuições para a formação de outros (as) professores (as) que queiram atuar com EA em contexto escolar” (DIAS; AVANZI, 2019). Assim, considerando os aspectos idiossincráticos e históricos que a pesquisa possibilitou fazer vir à tona, faz-se um esforço no texto de apontar para contribuições possíveis para a formação de professores em EA.

Em seguida, apresentamos o texto *A Justiça climática e Educação Ambiental nas aprendizagens do cotidiano das mulheres das comunidades tradicionais do Mato Grosso/Brasil e Galícia/Espanha*, escrito por *Rosana Manfrinate*, *Michèle Sato* e *Araceli Serante Pazos*, em que, por meio de uma cartografia do imaginário, as autoras buscam compreender quais são os princípios dos saberes tradicionais das mulheres dessas comunidades; saberes estes que, uma vez compartilhados com a Educação Ambiental, constituem-se em um movimento para a existência da Justiça Climática.

Por fim, fechamos este último número da Pesquisa em Educação Ambiental, do ano de 2019, com o texto de *Rodrigo Avila Colla*, intitulado *Cinema e Educação Ambiental: a experiência do ambiente fílmico como alternativa para a sensibilização ecológica*. Nesse artigo, exploram-se duas produções fílmicas e sua relação com propostas e processo formativos em Educação Ambiental, procurando chamar a atenção para as intencionalidades e não neutralidades quanto à visão de natureza veiculadas em tais produções. Introduce-se, nesse artigo, a noção de “ambientalização fílmica”, noção que é proposta com a intenção de “significar a experiência que torna possível ao interlocutor-espectador exercitar um olhar crítico por intermédio do distanciamento de si e do ambiente vivo propiciado pelo gosto e pela imersão sensível no ambiente fílmico” (COLLA, 2019). Sendo assim, entende-se que esses exercícios de contato com essa produção fílmica poderiam favorecer a criação de um repertório ambiental problematizável, com possibilidades de ativar processos de reflexão sobre nossas condutas para com o meio.

O convite que fazemos aos leitores deste número não é somente o da leitura dos textos, mas o de participar ativamente, por esse processo da leitura atenta, dos exercícios de dialogicidade que caracterizam, de um lado, a produção do texto e, de outro, a de produção de respostas a esses textos, num processo infinito de produção de sentidos sobre a Educação Ambiental.

Que as leituras sejam instigantes e que se concretizem em estímulos e questionamentos para a continuidade de nossos processos de resistência contra as ameaças que se voltam para nossas práticas de produção de conhecimento no campo da Educação Ambiental.

Luiz Marcelo de Carvalho
Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho
Pelos Editores